



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/SR/PF/PE

TERMO ADITIVO Nº 03/2025-GESCON/SELOG/SR/PF/PE

Processo nº 08400.003003/2020-56

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2020-SR/PF/PE QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO PERNAMBUCO, E A EMPRESA JCPM TRADE CENTER S.A.**

A União, por intermédio da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE), com sede no(a) Empresarial JCPM, Av. Antônio de Goes, Nº 60, Pina, Recife-PE, Empresarial JCPM, 15º Andar, SELOG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.494/0033-13, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. **ANTÔNIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI**, Superintendente Regional da Polícia Federal em Pernambuco, Delegado de Polícia Federal, Classe Especial, nomeado(a) pela Portaria nº 765, de 18 de janeiro de 2023, publicada no DOU de 18 de janeiro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 10.585, doravante denominado LOCATÁRIA, e a empresa **JCPM TRADE CENTER S.A.**, pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ nº 05.083.405/0001-54, com endereço na Avenida Engenheiro Antônio de Góes, nº 60, Pina, Recife, Pernambuco, doravante designada LOCADORA, neste ato representada por seus procuradores legalmente constituídos, os Srs. **Carlos André de Arruda Falcão**, brasileiro, casado, contador, e **Francisco Rezende Brasil Bacelar**, brasileiro, casado, engenheiro, ambos domiciliados na cidade do Recife/PE, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 08400.003003/2020-56 e em observância às disposições da Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:

- a) a prorrogação da vigência contratual da locação de imóvel na modalidade Custo de Ocupação das salas: 303,1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1104, 1105, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, por mais 60 (sessenta) meses, a contar de **22/07/2025 a 21/07/2030**, nos termos da Lei n.º 8.245, de 1991, e da Lei nº 8.666, de 1993.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO CUSTO DE OCUPAÇÃO**

2.1. O valor do **CUSTO DE OCUPAÇÃO** mensal é de **R\$ 239.109,22 (duzentos e trinta e nove mil cento e nove reais e vinte e dois centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 14.346.553,20 (quatorze milhões, trezentos e quarenta e seis mil quinhentos e cinquenta e três reais e vinte centavos)**.

### 3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE**

3.1. Será admitido o reajuste do valor locatício mensal, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do (*Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M ou Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI*), ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela *Fundação Getúlio Vargas – FGV*, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

3.2. O reajuste, decorrente de solicitação da LOCADORA, será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

### 4. **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

4.1. As despesas decorrentes deste aditamento estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200398

Fonte: [0100000000](#)

Programa de Trabalho: 172371

Elemento de Despesa: 339039

PI: PF99ON9AG25

4.2. Em decorrência da prorrogação da vigência foi emitida a Declaração de Disponibilidade Orçamentária n. 1147/2025, para garantir o pagamento com as referidas despesas.

### 5. **CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

5.1. Incumbirá à LOCATÁRIA providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### 6. **CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO**

6.1. Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do contrato original e de outros instrumentos subsequentes não modificadas por este Termo Aditivo.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Aditamento é lavrado em duas vias de igual teor, e, depois de lido e achado em ordem, é assinado pelas partes contratantes.

Recife-PE, data da assinatura eletrônica.

**ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI**

Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional em Pernambuco

**CARLOS ANDRÉ DE ARRUDA FALCÃO**

Representante Legal  
JCPM Trade Center S.A

**FRANCISCO REZENDE BRASIL BACELAR**

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ANDRÉ DE ARRUDA FALCÃO**, **Usuário Externo**, em 17/07/2025, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO DE PADUA VIEIRA CAVALCANTI**, **Superintendente Regional**, em 18/07/2025, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO REZENDE BRASIL BACELAR**, **Usuário Externo**, em 17/07/2025, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=131844086&crc=E925C6F2](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=131844086&crc=E925C6F2).  
Código verificador: **131844086** e Código CRC: **E925C6F2**.